

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O REUNI

Com a eleição de Lula em 2002, as Universidades Públicas passaram a viver uma nova realidade, onde se constituíram canais mais frequentes de diálogos do MEC com os Reitores, através da ANDIFES e das entidades representativas das categorias que compõem a comunidade universitária, a FASUBRA, o ANDES, o PROIFES e a UNE.

Ao longo destes cinco anos do Governo Lula, vivenciamos uma modesta quebra do ciclo imposto por FHC, que se caracterizou pelo estrangulamento das IFE's e um forte incentivo à proliferação das Universidades Privadas, tendo como principal defensor desta política privatista o ex-ministro Paulo Renato, representante direto das empresas de ensino privado do País.

Hoje podemos, ainda, constatar uma forte influência desta política no Governo Lula, pois continuam a surgir novas universidades particulares por todo território nacional, embora tenha havido mudanças significativa nesta política.

Gradativamente têm sido aumentados os recursos para as IFE's, tanto para custeio, quanto para novos investimentos basta olhar pelos pátios da UFG que depararemos com um verdadeiro canteiro de obras, sem falar na quantidade de novos cursos criados recentemente.

Na política de investimentos em pessoal houve alteração significativa no curso da política do governo anterior, basta lembrar os onze anos de luta para conquistarmos o plano de carreira que só se efetivou em 2005 e em 2007 conseguimos aprimorá-lo. Neste período foi autorizada a contratação de novos trabalhadores técnico-administrativos, principalmente, para os Hospitais. Os professores e estudantes também tiveram conquistas significativas. Novos concursos para contratação de professores e técnico-administrativos voltaram à realidade das IFE's. Finalmente, nos encontramos vivenciando a implantação do plano de saúde suplementar, uma reivindicação de mais de 10 anos da categoria, conquistada na greve encerrada em setembro de 2007.

Neste novo quadro das IFE's, quando se coloca o debate sobre o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais - REUNI faz-se necessário levar em conta algumas críticas ao projeto, mais principalmente ao método adotado pelo MEC que obriga a adesão para viabilização de novos recursos, através da elaboração de proposta de expansão que será submetida a uma avaliação por parte do MEC podendo ser aprovada ou não, uma vez que os recursos disponíveis poderá não atender a todas as IFE's, o que poderá remeter a práticas autoritárias e perspectiva de estabelecimento do balcão de negócios.

Mas sem dúvidas precisamos levar em conta aspectos positivos do Plano, como a expectativa de expansão de número de vagas na universidade pública, a contratação de novos profissionais, a construção e ampliação do espaço físico com a construção de

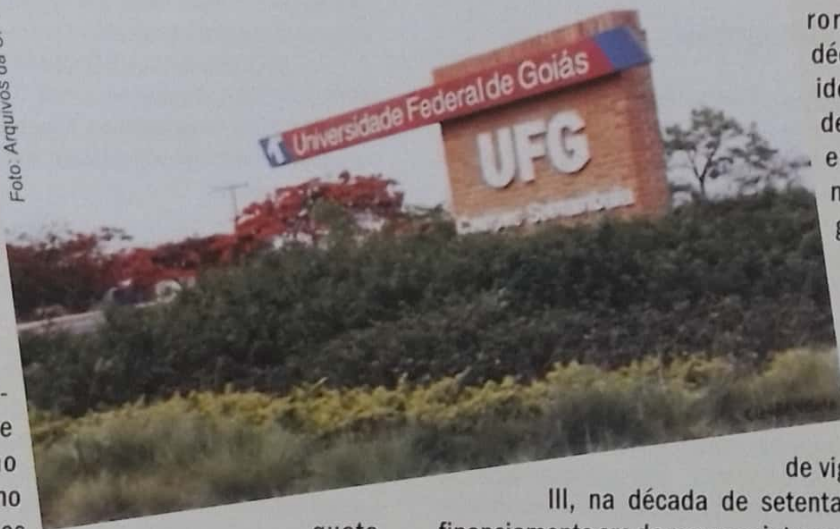
novas obras, aquisição de equipamentos, ampliação das bibliotecas e aquisição de livros e assistência estudantil rompendo um jejum de décadas. Para se ter uma idéia da dimensão social desta expansão, só na UFG está previstos 10.000 novas vagas para cursos de graduação presenciais.

Quanto aos recursos previstos para o Plano nos próximos cinco anos (valores acima mencionados), só poderá ser comparado ao período de vigor da parceria MEC-BIRD

III, na década de setenta e oitenta, sendo que o financiamento era de recursos internacionais.

Mediante esta realidade vai se caracterizando que quem se opõe a adesão da UFG ao REUNI faz uma leitura equivocada ao ignorar a extensão social do plano ou então esta confundindo o debate sobre a adesão ao REUNI, com a proposta de modelo acadêmico a ser adotado pela Instituição para aderir ao projeto de reestruturação e expansão de vagas. Cada Instituição, de acordo com sua autonomia, deverá propor um modelo acadêmico que poderá ser a manutenção do atual modelo com a expansão de vagas nos cursos já existentes e criação de novos cursos, modelo proposto pela UFG, ou, ainda, a adoção de um novo modelo acadêmico com criação de cursos em grandes áreas do conhecimento como, por exemplo, criação de Bacharelado em Ciências da Exata e da Terra.

Foto: Arquivos da UFG



SINT-UFG NO DEBATE SOBRE REUNI

A polêmica colocada para a comunidade Universitária, no atual momento, é a adesão ou não da UFG ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

A categoria de técnico-administrativo da UFG, nunca se furtou a debater os temas que afetam a Instituição como um todo e, suas questões em particular. Nesta direção o SINT-UFG e o Comando Local de Greve pautou esta discussão, ainda no período de greve, quando cada membro do Comando Local de Greve recebeu o material sobre a proposta que estava sendo debatida na UFG e deliberamos, em assembleia geral da categoria que o calendário de discussão do Reuni, montado pela administração, seria incorporado ao calendário



Fotógrafo: Stênio

das atividades de greve.

A participação neste debate levou a diretoria do SINT-UFG a se posicionar pela adesão da UFG ao REUNI mesmo entendendo que a liberação de novos recursos pelo MEC está condicionada à adesão ao REUNI e que para as Instituições que optarem por não aderir ao Programa do Governo não apresenta alternativas ou possibilidades de alocação de novos recursos e de novas contratações as IFE's.

No entanto, defendemos que esta posição da diretoria esta vinculada a adoção de um modelo de expansão que,

obrigatoriamente, contemple novas contratações de trabalhadores técnico-administrativos e aproveitamento melhor da qualificação do atual quadro.

QUE É O REUNI?

É um Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído através do Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, da Presidência da República.

QUAIS OS OBJETIVOS DO REUNI?

Criar as condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais.

QUAIS AS SUAS METAS?

1º - Elevar gradualmente a taxa de conclusão média nos cursos de graduação presenciais para 90%, ao final de 5 anos e;

2º - Elevar a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18, ao final de 5 anos, a contar da dada de apresentação do plano da Instituição.

Para cumprir essas metas e obter o financiamento prometido, a instituição terá que elaborar sua proposta de programa de expansão.

SÃO DIRETRIZES DO PROGRAMA:

Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializadas;

Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

OS RECURSOS FINANCEIROS PARA A REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO

Serão acrescentados ao orçamento das IFE's, ao final de cinco anos, um total de R\$ 1.970.205.000,00, para o pagamento de pessoal e outras despesas correntes, ou seja, aqueles recursos para o pagamento de salários de professores, servidores técnico-administrativos e as despesas relacionadas ao pagamento de água, luz, telefone, limpeza, vigilância, bolsas, fotocópias etc.

Mais R\$ 2.069.977.000,00, para investimentos em obras, equipamentos, livros, etc., distribuídos da seguinte forma: R\$ 500.000.000,00 proporcionalmente ao número de matrículas projetadas atuais e; o restante será distribuído alocando-se R\$ 5.000,00 para cada nova matrícula projetada a ser oferecida pela universidade.

A UFG se aderir ao REUNI receberá um volume estimado de R\$ 51.871.000,00. Os recursos serão distribuídos já a partir de 2008 e os recursos para investimentos dependerão, então, do quantitativo de matrículas novas que a Instituição apresentar em seu plano de reestruturação e expansão.

DO QUADRO DE PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Com o objetivo de elevar a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18, ao final de 5 anos, projeta a perspectiva de que a expansão do quadro de Professores estará condicionada ao número de matrículas projetada em cursos de graduação presenciais e calculada "com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração padrão (tempo mínimo, medida em anos, para integralização curricular) e um fator de retenção estimado para cada área do conhecimento". Portanto, "a matrícula projetada não corresponde ao número de alunos que estão matriculados em disciplinas oferecidas pela universidade em um determinado período letivo".

Em cumprimento ao Art. 207 da Constituição Federal no tange a autonomia administrativa das IFES, o Governo permite aos reitores, no uso da autonomia universitária a contratar e demitir professores.

Quanto a expansão do quadro de servidores técnico-administrativos em educação, ficou definido após a greve de 100 dias, concluída em setembro de 2007, a abertura de concursos para contratação de 5.600 para atender as expectativas estimadas para os planos das IFE's de reestruturação e expansão.